

WANDER GARCIA, LUCAS CORRADINI
E RENAN FLUMIAN
COORDENADORES

CARREIRAS DE MINISTÉRIO PÚBLICO

ANALISTA, AUXILIAR E OFICIAL DO MP

2018

1.300 QUESTÕES
COMENTADAS
*

- 1.139 Questões impressas
- 235 Questões on-line

DISCIPLINAS:

- Direito Administrativo
- Direito Civil
- Direito Constitucional
- Direito Ambiental
- Direito do Consumidor
- Direitos da Criança e do Adolescente
- Direito do Idoso
- Legislação do Ministério Público
- Direito Penal
- Direito Processual Penal
- Direito Processual Civil
- Português
- Texto doutrinário sobre a Legislação Orgânica do Ministério Público

- * Gabarito ao final de cada comentário, facilitando o manuseio do livro
- * Questões comentadas e altamente classificadas por autores especialistas em aprovação



2018 © Editora Foco

Coordenadores: Wander Garcia, Lucas Corradini e Renan Flumian

Autores: Wander Garcia, Alice Satin, Anna Carolina Bontempo, Ariane Wady, Bruna Vieira, Eduardo Dompieri, Gabriela Pinheiro, Gustavo Nicolau, Henrique Subi, Lucas Corradini, Luiz Dellore, Magally Dato, Marcos Destefenni Roberta Densa, Sebastião Edilson Gomes

Diretor Acadêmico: Leonardo Pereira

Editor: Roberta Densa

Assistente Editorial: Paula Morishita

Revisora Sênior: Georgia Renata Dias

Capa Criação: Leonardo Hermano

Diagramação: Ladislau Lima

Impressão miolo e capa: Gráfica EDELBRA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Como passar nas carreiras do Ministério Público : analista, auxiliar e oficial do MP / Wander Garcia, Lucas Corradini, Renan Flumian, coordenadores. – Indaiatuba : Editora Foco Jurídico, 2017.

Vários autores.

ISBN: 978-85-8242-202-1

1. Ministério Público Estadual – Concursos I. Garcia, Wander.
II. Corradini, Lucas. III. Flumian, Renan.

17-08228

CDU-347.963(81)(079.1)

Índices para Catálogo Sistemático:

1. Brasil : Ministério Público Estadual : Concursos : Questões comentadas :
Direito 347.963(81)(079.1)
2. Brasil : Promotores de justiça : Concursos : Questões comentadas :
Direito 347.963(81)(079.1)

DIREITOS AUTORAIS: É proibida a reprodução parcial ou total desta publicação, por qualquer forma ou meio, sem a prévia autorização da Editora FOCO, com exceção do teor das questões de concursos públicos que, por serem atos oficiais, não são protegidas como Direitos Autorais, na forma do Artigo 8º, IV, da Lei 9.610/1998. Referida vedação se estende às características gráficas da obra e sua editoração. A punição para a violação dos Direitos Autorais é crime previsto no Artigo 184 do Código Penal e as sanções civis às violações dos Direitos Autorais estão previstas nos Artigos 101 a 110 da Lei 9.610/1998. Os comentários das questões são de responsabilidade dos autores.

NOTAS DA EDITORA:

Atualizações e erratas: A presente obra é vendida como está, atualizada até a data do seu fechamento, informação que consta na página II do livro. Havendo a publicação de legislação de suma relevância, a editora, de forma discricionária, se empenhará em disponibilizar atualização futura.

Bônus ou Capítulo On-line: Excepcionalmente, algumas obras da editora trazem conteúdo no *on-line*, que é parte integrante do livro, cujo acesso será disponibilizado durante a vigência da edição da obra.

Erratas: A Editora se compromete a disponibilizar no site www.editorafoco.com.br, na seção Atualizações, eventuais erratas por razões de erros técnicos ou de conteúdo. Solicitamos, outrossim, que o leitor faça a gentileza de colaborar com a perfeição da obra, comunicando eventual erro encontrado por meio de mensagem para contato@editorafoco.com.br. O acesso será disponibilizado durante a vigência da edição da obra.

Impresso no Brasil (09.2017) – Data de Fechamento (08.2017)



2018

Todos os direitos reservados à
Editora Foco Jurídico Ltda.

Al. Júpiter 542 – American Park Distrito Industrial

CEP 13347-653 – Indaiatuba – SP

E-mail: contato@editorafoco.com.br

www.editorafoco.com.br

AUTORES

Wander Garcia – @wander_garcia

Doutor e Mestre em Direito pela PUC/SP. Professor e coordenador do IEDI. Procurador do Município de São Paulo.

Alice Satin Calareso

Mestre em Direitos Difusos pela PUC/SP. Especialista em Direito Processual Civil pela PUC/SP. Palestrante e Professora Assistente na Graduação e Pós-Graduação em Direito da PUC/SP. Advogada.

Anna Carolina Bontempo

Pós-graduada em Direito Público pela Faculdade de Direito Professor Damásio de Jesus. Professora e gerente de ensino a distância no curso IEDI. Advogada.

Ariane Wady

Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2000). Especialista em Direito Processual Civil (PUC-SP). Advogada, professora de pós-graduação e Curso Preparatório para Concursos PROORDEM UNITÁ Educacional e Professora/Tutora de Direito Administrativo e Constitucional Rede de Ensino Luiz Flávio Gomes e IOB/Marcato.

Bruna Vieira – @profa_bruna

Advogada. Professora do IEDI, PROORDEM, LEGALE, ROORTELLA e ÊXITO. Palestrante e professora de Pós-Graduação em Instituições de Ensino Superior. Autora de diversas obras de preparação para Concursos Públicos e Exame de Ordem. Pós-graduada em Direito

Eduardo Dompieri – @eduardodompieri

Pós-graduado em Direito. Professor do IEDI. Autor de diversas obras de preparação para Concursos Públicos e Exame de Ordem.

Gabriela Rodrigues Pinheiro

Advogada. Professora Universitária e do IEDI Cursos *On-line* e preparatórios para concursos públicos exame de ordem. Graduada em Direito pela Faculdade de Direito Prof. Damásio de Jesus. Pós-Graduada em Direito Civil e Processual Civil pela Escola Paulista de Direito. Autora de diversas obras jurídicas para concursos públicos e exame de ordem.

Gustavo Nicolau – @gustavo_nicolau

Doutor e Mestre pela Faculdade de Direito da USP. Professor de Direito Civil da Rede LFG/Praetorium. Advogado.

Henrique Subi – @henriquesubi

Agente da Fiscalização Financeira do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Mestrando em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Especialista em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas e em Direito Tributário pela UNISUL. Professor de cursos preparatórios para concursos desde 2006. Coautor de mais de 20 obras voltadas para concursos, todas pela Editora Foco.

Lucas Corradini

Promotor de Justiça do Estado de São Paulo. Professor de Direito Penal e Processual Penal do curso IEDI.

Luiz Dellore

Doutor e Mestre em Direito Processual Civil pela USP. Mestre em Direito Constitucional pela PUC/SP. Professor do Mackenzie, EPD, IEDI, IOB/Marcato e outras instituições. Advogado concursado da Caixa Econômica Federal. Ex-assessor de Ministro do STJ. Membro da Comissão de Processo Civil da OAB/SP, do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Processual), do IPDP (Instituto Panamericano de Derecho Pro-

cesal) e diretor do CEAPRO (Centro de Estudos Avançados de Processo). Colunista do portal jota.info. Facebook e LinkedIn: Luiz Dellore (Twitter: @dellore)

Magally Dato

Agente de Fiscalização do Tribunal de Contas do Município de São Paulo e Professora de Língua Portuguesa.

Marcos Destefenni – @destefenni

Doutor e Mestre pela PUC/SP. Mestre pela PUC de Campinas e Mestre em Direito Penal pela UNIP. Professor da Rede LFG. Promotor de Justiça em São Paulo.

Renan Flumian – @renanflumian

Mestre em Filosofia do Direito pela *Universidad de Alicante*. Coursou a *Session Annuelle D'enseignement do Institut International des*

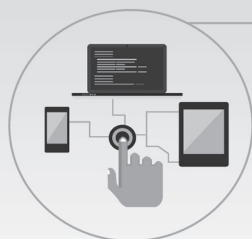
Droits de L'Homme, a Escola de Governo da USP e a Escola de Formação da Sociedade Brasileira de Direito Público. Professor e Coordenador Acadêmico do IEDI. Autor e coordenador de diversas obras de preparação para Concursos Públicos e o Exame de Ordem. Advogado.

Roberta Densa

Doutora em Direitos Difusos e Coletivos. Professora universitária e em cursos preparatórios para concursos públicos e OAB. Autora da obra “Direito do Consumidor”, 9ª edição publicada pela Editora Atlas.

Sebastião Edilson Gomes

Mestre em Direito Público. Especialista em Direito Civil. Coautor do Livro *Lei de Responsabilidade Fiscal Comentada e anotada*. 5.ª Ed. Professor Universitário nas disciplinas de Direito Administrativo e Direito Civil.



Como ter acesso aos capítulos *on-line*?

Entre no site **www.editorafoco.com.br**

Clique em **Atualizações**

e baixe o arquivo **Capítulos On-line**

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	III
--------------	-----

AUTORES	V
---------	---

COMO USAR O LIVRO?	XI
--------------------	----

PREFÁCIO	1
----------	---

1. DIREITO ADMINISTRATIVO 	3
---	---

1. REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO E PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....	3
2. PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	6
3. ATOS ADMINISTRATIVOS	9
4. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	12
5. SERVIDORES PÚBLICOS	15
6. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	18
7. BENS PÚBLICOS.....	22
8. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE	23
9. RESPONSABILIDADE DO ESTADO.....	24
10. LICITAÇÃO	24
11. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	32
12. SERVIÇOS PÚBLICO	35
13. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	36
14. FINANÇAS PÚBLICAS	36
15. PROCESSO ADMINISTRATIVO	37
16. OUTROS TEMAS E QUESTÕES DE CONTEÚDO VARIADO	38

2. DIREITO CIVIL 	41
--	----

1. LEI DE INTRODUÇÃO	41
2. PARTE GERAL DO CÓDIGO CIVIL	42
3. OBRIGAÇÕES	52
4. CONTRATOS.....	54
5. RESPONSABILIDADE CIVIL	56

6. DIREITOS REAIS	57
7. FAMÍLIA – CASAMENTO.....	58
8. SUCESSÕES.....	62
9. TEMAS MISTOS	63

3. DIREITO CONSTITUCIONAL

67

1. PODER CONSTITUINTE	67
2. TEORIA DA CONSTITUIÇÃO E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS.....	67
3. HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL E EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS	70
4. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	70
5. DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS.....	72
6. DIREITOS SOCIAIS.....	75
7. DIREITOS POLÍTICOS.....	75
8. ORGANIZAÇÃO DO ESTADO.....	77
9. ORGANIZAÇÃO DO PODER EXECUTIVO.....	81
10. ORGANIZAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO. PROCESSO LEGISLATIVO.....	84
11. ORGANIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO.....	89
12. DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA.....	93
13. ORDEM SOCIAL	97
14. TEMAS COMBINADOS.....	97

4. DIREITO AMBIENTAL



103





1. DIREITO AMBIENTAL CONSTITUCIONAL	103
2. LEI DE POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE	104
3. INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE.....	105
4. RESPONSABILIDADE PENAL AMBIENTAL.....	106
5. RESÍDUOS SÓLIDOS	106

5. DIREITO DO CONSUMIDOR




107

1. VÍCIO DO PRODUTO OU SERVIÇO.....	107
2. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.....	108
3. CONTRATOS.....	109
4. COMPETÊNCIA.....	110
5. SANÇÃO ADMINISTRATIVA.....	111
6. OFERTA	111
7. DIREITO COLETIVO	111
8. PRÁTICAS ABUSIVAS.....	111
9. TEMAS COMBINADOS.....	112

6. DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	www. 	113
1. CONCEITOS BÁSICOS E PRINCÍPIOS.....		113
2. DIREITOS FUNDAMENTAIS		113
3. POLÍTICA E ENTIDADES DE ATENDIMENTO		116
4. MEDIDAS DE PROTEÇÃO.....		116
5. MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E ATO INFRACIONAL – DIREITO MATERIAL		117
6. ATO INFRACIONAL – DIREITO PROCESSUAL.....		119
7. MEDIDAS PERTINENTES AOS PAIS OU RESPONSÁVEL		120
8. CONSELHO TUTELAR.....		120
9. ACESSO À JUSTIÇA		121
10. MINISTÉRIO PÚBLICO		123
11. CRIMES		124
12. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS.....		125
13. TEMAS COMBINADOS.....		125
7. ESTATUTO DO IDOSO	www. 	127
8. LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	www. 	129
PARTE I: LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (DOCTRINA)		129
1. INTRODUÇÃO		129
2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO		130
3. O MINISTÉRIO PÚBLICO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....		131
4. ESTRUTURA ORGÂNICA DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS DOS ESTADOS		135
5. GARANTIAS DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO		151
6. PRERROGATIVAS DO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....		153
7. VEDAÇÕES IMPOSTAS AOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO		157
8. DEVERES DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO		159
PARTE II: LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO – QUESTÕES COMENTADAS		160
1. O MINISTÉRIO PÚBLICO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....		160
2. REGRAMENTO GERAL DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS NA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL – LEI 8.625/93 (LEI ORGÂNICA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO) E LEI COMPLEMENTAR 75/93 (LEI ORGÂNICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO)		161
3. REGRAMENTO DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS DOS ESTADOS NAS LEGISLAÇÕES LOCAIS		164
9. DIREITO PENAL	www. 	181
1. PARTE GERAL.....		181
2. PARTE ESPECIAL		209
3. LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL.....		223

10. DIREITO PROCESSUAL PENAL	233
1. INTRODUÇÃO AO PROCESSO PENAL	233
2. INQUÉRITO POLICIAL.....	234
3. AÇÃO PENAL.....	236
4. AÇÃO CIVIL <i>EX DELICTO</i>	238
5. JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA.....	239
6. QUESTÕES INCIDENTAIS NO PROCESSO PENAL.....	242
7. PROVAS.....	242
8. SUJEITOS DO PROCESSO	246
9. COMUNICAÇÕES DOS ATOS PROCESSUAIS.....	248
10. MEDIDAS CAUTELARES.....	248
11. PROCESSO E PROCEDIMENTOS.....	253
12. JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS	256
13. SENTENÇA E COISA JULGADA	258
14. NULIDADES	259
15. RECURSOS	260
16. AÇÕES DE IMPUGNAÇÃO.....	261
17. QUESTÕES COM TEMAS COMBINADOS.....	262
18. ASPECTOS PROCESSUAIS PENAIS NA LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE	263
19. EXECUÇÃO PENAL.....	267
11. DIREITO PROCESSUAL CIVIL	269
PARTE I – PARTE GERAL	269
1. PRINCÍPIOS DO PROCESSO CIVIL	269
2. JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA.....	269
3. PARTES, PROCURADORES, SUCUMBÊNCIA, MINISTÉRIO PÚBLICO E JUIZ	271
4. PRAZOS PROCESSUAIS E ATOS PROCESSUAIS.....	275
5. LITISCONSÓRCIO E INTERVENÇÃO DE TERCEIROS.....	276
6. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS, ELEMENTOS DA AÇÃO E CONDIÇÕES DA AÇÃO	276
7. FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO. NULIDADES	277
8. TUTELA PROVISÓRIA.....	278
9. TEMAS COMBINADOS DA PARTE GERAL	278
PARTE II – PROCESSO DE CONHECIMENTO.....	278
10. PETIÇÃO INICIAL.....	278
11. CONTESTAÇÃO E REVELIA.....	279
12. PROVAS.....	280
13. JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO E PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES.....	280

14. SENTENÇA, COISA JULGADA E AÇÃO RESCISÓRIA.....	280
15. TEMAS COMBINADOS DE PROCESSO DE CONHECIMENTO (E OUTROS PROCESSOS E PROCEDIMENTOS).....	281
PARTE III – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E EXECUÇÃO.....	281
16. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.....	281
17. PROCESSO DE EXECUÇÃO E EXPROPRIAÇÃO DE BENS	282
18. EMBARGOS DO DEVEDOR / À EXECUÇÃO	284
19. EXECUÇÃO FISCAL.....	284
PARTE IV – RECURSOS	285
20. TEORIA GERAL DOS RECURSOS.....	285
21. APELAÇÃO.....	286
22. AGRAVOS	286
23. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	287
PARTE V – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	287
24. POSSESSÓRIAS	287
25. MONITÓRIA	288
26. AÇÕES DE FAMÍLIA E SUCESSÕES	288
27. JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, FEDERAL E DA FAZENDA PÚBLICA.....	288
28. PROCESSO COLETIVO	289
29. MANDADO DE SEGURANÇA E <i>HABEAS DATA</i>	289
30. OUTROS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS E TEMAS COMBINADOS	290
12. LÍNGUA PORTUGUESA 	293
1. REGÊNCIA	293
2. CONCORDÂNCIA VERBAL	295
3. CONCORDÂNCIA NOMINAL.....	299
4. CLASSE DE PALAVRAS	301
5. ELEMENTOS DE COESÃO.....	304
6. LÉXICO	308
7. PRONOME	310
8. PONTUAÇÃO	315
9. ORTOGRAFIA	318
10. LITERATURA E FIGURAS DE LINGUAGEM	321
11. DISSERTAÇÃO	328
12. CONSTRUÇÃO DO TEXTO.....	336
13. SINTAXE	348
14. VOZES VERBAIS/DISCURSO DIRETO E INDIRETO	351
15. QUESTÕES COMBINADAS E OUTROS TEMAS.....	353

COMO USAR O LIVRO?

Para que você consiga um ótimo aproveitamento deste livro, atente para as seguintes orientações:

1ª Tenha em mãos um **vademecum** ou um **computador** no qual você possa acessar os textos de lei citados.

Neste ponto, recomendamos o **Vade Mecum de Legislação FOCO** – confira em www.editorafoco.com.br.

2ª Se você estiver estudando a teoria (fazendo um curso preparatório ou lendo resumos, livros ou apostilas), faça as questões correspondentes deste livro na medida em que for avançando no estudo da parte teórica.

3ª Se você já avançou bem no estudo da teoria, leia cada capítulo deste livro até o final, e só passe para o novo capítulo quando acabar o anterior; vai mais uma dica: alterne capítulos de acordo com suas preferências; leia um capítulo de uma disciplina que você gosta e, depois, de uma que você não gosta ou não sabe muito, e assim sucessivamente.

4ª Iniciada a resolução das questões, tome o cuidado de ler cada uma delas **sem olhar para o gabarito e para os comentários**; se a curiosidade for muito grande e você não conseguir controlar os olhos, tampe os comentários e os gabaritos com uma régua ou um papel; na primeira tentativa, é fundamental que resolva a questão sozinho; só assim você vai identificar suas deficiências e “pegar o jeito” de resolver as questões; marque com um lápis a resposta que entender correta, e só depois olhe o gabarito e os comentários.

5ª **Leia com muita atenção o enunciado das questões.** Ele deve ser lido, no mínimo, duas vezes. Da segunda leitura em diante, começam a aparecer os detalhes, os pontos que não percebemos na primeira leitura.

6ª **Grife as palavras-chave, as afirmações e a pergunta formulada.** Ao grifar as palavras importantes e as afirmações você fixará mais os pontos-chave e não se perderá no enunciado como um todo. Tenha atenção especial com as palavras “correto”, “incorreto”, “certo”, “errado”, “prescindível” e “imprescindível”.

7ª Leia os comentários e **leia também cada dispositivo legal** neles mencionados; não tenha preguiça; abra o *vademecum* e leia os textos de leis citados, tanto os que explicam as alternativas corretas, como os que explicam o porquê de ser incorreta dada alternativa; você tem que conhecer bem a letra da lei, já que mais de 90% das respostas estão nela; mesmo que você já tenha entendido determinada questão, reforce sua memória e leia o texto legal indicado nos comentários.

8ª Leia também os **textos legais que estão em volta** do dispositivo; por exemplo, se aparecer, em Direito Penal, uma questão cujo comentário remete ao dispositivo que trata de falsidade ideológica, aproveite para ler também os dispositivos que tratam dos outros crimes de falsidade; outro exemplo: se aparecer uma questão, em Direito Constitucional, que trate da composição do Conselho Nacional de Justiça, leia também as outras regras que regulamentam esse conselho.

9º Depois de resolver sozinho a questão e de ler cada comentário, você deve fazer uma **anotação ao lado da questão**, deixando claro o motivo de eventual erro que você tenha cometido; conheça os motivos mais comuns de erros na resolução das questões:

DL – “desconhecimento da lei”; quando a questão puder ser resolvida apenas com o conhecimento do texto de lei;

DD – “desconhecimento da doutrina”; quando a questão só puder ser resolvida com o conhecimento da doutrina;

DJ – “desconhecimento da jurisprudência”; quando a questão só puder ser resolvida com o conhecimento da jurisprudência;

FA – “falta de atenção”; quando você tiver errado a questão por não ter lido com cuidado o enunciado e as alternativas;

NUT - “não uso das técnicas”; quando você tiver se esquecido de usar as técnicas de resolução de questões objetivas, tais como as da **repetição de elementos** (“quanto mais elementos repetidos existirem, maior a chance de a alternativa ser correta”), das **afirmações generalizantes** (“afirmações generalizantes tendem a ser incorretas” - reconhece-se afirmações generalizantes pelas palavras *sempre, nunca, qualquer, absolutamente, apenas, só, somente exclusivamente* etc.), dos **conceitos compridos** (“os conceitos de maior extensão tendem a ser corretos”), entre outras.

obs: se você tiver interesse em fazer um Curso de “Técnicas de Resolução de Questões Objetivas”, recomendamos o curso criado a esse respeito pelo IEDI Cursos On-line: www.iedi.com.br.

10º Confie no **bom-senso**. Normalmente, a resposta correta é a que tem mais a ver com o bom-senso e com a ética. Não ache que todas as perguntas contêm uma pegadinha. Se aparecer um instituto que você não conhece, repare bem no seu nome e tente imaginar o seu significado.

11º Faça um levantamento do **percentual de acertos de cada disciplina** e dos **principais motivos que levaram aos erros cometidos**; de posse da primeira informação, verifique quais disciplinas merecem um reforço no estudo; e de posse da segunda informação, fique atento aos erros que você mais comete, para que eles não se repitam.

12º Uma semana antes da prova, faça uma **leitura dinâmica** de todas as anotações que você fez e leia de novo os dispositivos legais (e seu entorno) das questões em que você marcar “DL”, ou seja, desconhecimento da lei.

13º Para que você consiga ler o livro inteiro, faça um bom **planejamento**. Por exemplo, se você tiver 30 dias para ler a obra, divida o número de páginas do livro pelo número de dias que você tem, e cumpra, diariamente, o número de páginas necessárias para chegar até o fim. Se tiver sono ou preguiça, levante um pouco, beba água, masque chiclete ou leia em voz alta por algum tempo.

14º Desejo a você, também, muita **energia, disposição, foco, organização, disciplina, perseverança, amor e ética!**

Wander Garcia, Lucas Corradini e Renan Flumian

Coordenadores

PREFÁCIO

Caros leitores

De início, agradeço a confiança depositada em nosso trabalho, desejando que ele muito contribua, não só para a sonhada aprovação, mas também para o crescimento profissional de cada um.

Peço licença para tecer breves comentários a respeito da presente obra, bem como das carreiras almejadas pelos destinatários dela.

Sou Promotor de Justiça do Estado de São Paulo e, posso assegurar, grande parte do meu êxito no concurso público para o ingresso no Ministério Público bandeirante decorre do tempo em que trabalhei como servidor público do mesmo órgão.

Minha fascinação pelo Ministério Público iniciou-se em maio de 2008, quando, ainda no terceiro ano da faculdade de Direito, por meio de concurso de provas e títulos, ingressei no corpo de estagiários da instituição. Desde então, tive certeza de que minha trajetória profissional seria traçada em busca do grande sonho de tornar-me Promotor de Justiça.

Para tanto, por evidente, era necessário concluir a graduação, angariar três anos de atividade jurídica (exigência surgida a partir da Emenda Constitucional nº 45) e, sobretudo, estudar. E muito!

Diante de tais óbices momentâneos, visto que ainda frequentava a faculdade de Direito, minha vontade de nunca deixar o Ministério Público fez com que eu voltasse meus olhos para os concursos de servidores da instituição. Era o caminho mais curto para a permanência na instituição em que desejava trabalhar. Assim, ainda durante a graduação, passei a me preparar, inicialmente, para tais provas, que poderiam me garantir um cargo efetivo no *Parquet*, o que me garantiria a estabilidade de que necessitava para estudar com tranquilidade, além de, claro, um bom salário para fazer frente às despesas que todos temos.

Obtive êxito no concurso de oficial de promotoria, cargo técnico do Ministério Público do

Estado de São Paulo, e, graças à classificação na primeira colocação, pude tomar posse e entrar em exercício em breve tempo.

O cargo de oficial de promotoria me propiciou grandes experiências, como atuar no Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) e iniciar minha trajetória como professor de cursos preparatórios para carreiras jurídicas.

Os estudos continuaram, agora com a tranquilidade garantida pela estabilidade propiciada pelo serviço público, e fui aprovado, também, no concurso de analista jurídico do MPSP.

A rotina como analista jurídico em muito contribuiu para que eu me tornasse Promotor de Justiça. Ela propicia uma vivência diária com processos cujas matérias envolvem temas hodiernamente cobrados no certame para ingresso na carreira de membro do MP. Além disso, é atribuição do analista jurídico minutar peças processuais inerentes às funções do Promotor de Justiça e, até mesmo, subscrevê-las junto do membro do MP. Posso assegurar: é um estudo diário e intenso!

Além disso, após a aprovação no 91º Concurso de Ingresso à Carreira do Ministério Público, a experiência prática obtida nos 8 (oito) anos ininterruptos como servidor do Ministério Público vem me auxiliando, diariamente, no exercício de minhas atribuições como Promotor de Justiça.

Além de ser, atualmente, um caminho natural para alcançar a aprovação no concurso público para Promotor de Justiça (ou outras carreiras análogas, como a de Juiz de Direito), que conta, cada vez mais, com egressos das carreiras de analista jurídico e oficial de promotoria em seu corpo de membros, a aprovação nos concursos de servidores torna-se, cada vez mais, um atrativo pelo caráter imediato (havendo concursos de boas carreiras que, sequer, exigem a graduação em Direito, além de outros que podem ser feitos tão logo se obtenha a graduação), pela estabilidade e pelo bom salário.

No âmbito do Estado de São Paulo, os atrativos aumentaram significativamente com a recente

promulgação das leis complementares 1.302/17 e 16.501/17, de julho de 2017, que, além de prever novas gratificações, novas formas de progressão no plano de carreira, ainda criaram mais de 500 (quinhentos) novos cargos de analista jurídico. A tendência em outros Estados, igualmente, é o melhor aparelhamento dos Ministérios Públicos e fortalecimento de seus serviços auxiliares, visto que o modelo mais moderno defende a redução gradativa do número de membros, com correlativo incremento de sua equipe de trabalho.

Portanto, seja com um fim em si, seja como caminho natural para alçar a condição de membro do Ministério Público (ou outra de igual importância profissional), a aprovação nos concursos de servidores do MP surge como uma grande opção para estudantes, advogados e profissionais do Direito em geral.

As dificuldades vivenciadas por mim quando dos estudos para os concursos de oficial de promotoria e analista jurídico do MP, ainda durante a graduação, notadamente em razão da notória escassez de material voltado, especificadamente, a tais certames, com análise adequada da legislação específica da instituição e comentários às questões de provas anteriores, me levaram a pensar esta obra, junto de meus amigos e parceiros Renan Flumian e Wander Garcia.

Esperamos, assim, que o material seja útil a todos aqueles que, assim como eu, sonham em fazer carreira no Ministério Público!

Um forte abraço!

Lucas Corradini

Promotor de Justiça do Estado de São Paulo

1. DIREITO ADMINISTRATIVO

Ariane Wady e Sebastião Edilson Gomes

1. REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO E PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO

(Analista de Promotoria II – Agente de Promotoria – MPE-SP – IBFC – 2013) João, servidor público estadual lotado em unidade administrativa localizada no Município de Atrasópolis, pediu a sua transferência para outra unidade, situada no Município onde reside. O seu pleito foi indeferido pela autoridade competente, sob o fundamento de que a sua movimentação não interessa ao serviço público. Nesse caso, foi predominante o princípio:

- (A) Da motivação.
- (B) Da razoabilidade.
- (C) Da moralidade.
- (D) Da supremacia do interesse público.
- (E) Da autotutela.

A: incorreta, pois o princípio da motivação é indicação dos fatos e fundamentos para a prática do ato administrativo; **B:** incorreta, pois o princípio da razoabilidade é aquele que impõe o agente público o dever de agir dentro de um padrão normal, evitando-se assim excessos e abusos que eventualmente possam ocorrer; **C:** incorreta, pois o princípio da moralidade refere-se à boa-fé, conduta ética, honesta, imparcial, leal e proba que o agente público deve ter ao desempenhar sua função. Claro está que o objetivo da previsão constitucional do princípio da moralidade é justamente inibir a prática de atos contrários à moralidade na Administração Pública; **D:** correta, pois o princípio da indisponibilidade do interesse público significa que havendo conflito entre interesse público e interesse privado, prevalece o interesse público; **E:** incorreta, pois a autotutela significa que a Administração Pública tem autonomia para controlar seus próprios atos, podendo anular aqueles que forem ilegais e revogar os que forem considerados inconvenientes ou inoportunos, sem necessidade de se recorrer ao Judiciário.

“Gabarito”

(Assistente Técnico Administrativo – MPE-BA – FESMIP – 2011) Analise as assertivas abaixo:

- I. A legalidade é princípio explícito da Administração Pública, significando que a Administração somente pode fazer o que estiver previsto em lei.
- II. Com base no princípio da autotutela a Administração Pública deve rever de ofício seus atos ilegais.
- III. O princípio da motivação exige que a Administração Pública indique os motivos de fato e de direito de suas decisões, salvo quando se tratar de ato discricionário.
- IV. O princípio da publicidade autoriza a realização de propaganda dos atos públicos, inclusive mencionando-se os gestores responsáveis pela realização dos mesmos e seus respectivos símbolos de campanha.
- V. O princípio da eficiência está explicitamente previsto na Constituição Federal, sendo aplicável somente para controle dos serviços públicos prestados pelo Estado.

Estão corretas as assertivas:

- (A) I e II.

- (B) I e V.
- (C) II e III.
- (D) III e IV.
- (E) IV e V.

I: correta. A legalidade é princípio explícito no art. 37 da CF, significando que a Administração Pública somente poderá fazer o que estiver previsto em lei; **II:** correta, pois é em razão da autotutela que a Administração Pública deve rever seus atos podendo revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade e invalidá-los por motivos de ilegalidade; **III:** incorreta, pois o princípio da motivação exige que a Administração Pública indique os motivos de fato e de direito de suas decisões para todos os atos, e não somente para os atos discricionários; **IV:** incorreta, pois a Constituição Federal em seu art. 37, §1º, estabelece que a *publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos*; **V:** incorreta. O princípio da eficiência encontra amparo no art. 37, “caput” da CF, e deve ser observado não somente pelos serviços públicos prestados pelo Estado, mas pelas entidades da Administração Indireta, bem como pelas concessionárias e permissionárias de serviços públicos.

“Gabarito”

(Assistente Técnico Administrativo – MPE-BA – FESMIP – 2011) A Constituição Federal, no Art. 37, *caput*, trata dos princípios inerentes à Administração Pública.

“Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios

O espaço em branco deve ser preenchido com os termos indicados na alternativa:

- (A) Moralidade, Eficácia, Eficiência, Publicidade e Lealdade.
- (B) Efetividade, Pluralidade, Lealdade, Propaganda e Moralidade.
- (C) Legalidade, Impessoalidade, Efetividade, Pluralidade e Eficiência.
- (D) Eficiência, Legalidade, Moralidade, Publicidade e Impessoalidade.
- (E) Impessoalidade, Lealdade, Moralidade, Efetividade e Pluralidade.

A: incorreta, pois eficácia e lealdade não fazem parte do rol dos princípios elencados no art. 37 da CF; **B:** incorreta. Somente a moralidade é um dos princípios citados no art. 37 da CF; **C:** incorreta, pois efetividade e pluralidade não são princípios que constam no art. 37 da CF; **D:** correta, pois conforme determina a Carta Constitucional, em seu art. 37, a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência; **E:** incorreta. Lealdade, efetividade e pluralidade não constam no rol dos princípios elencados no art. 37 da CF.

“Gabarito”

(Técnico do Ministério Público – MPE-AL – COPEVE - UFAL – 2012) “Todos reconhecem a este princípio o objetivo de subtrair a atividade pública das áleas do arbítrio, assegurando-se a estabilidade mínima possível em um dado sistema jurídico”.

Esta é a definição do princípio da:

- (A) indisponibilidade do interesse público.
- (B) segurança jurídica.
- (C) legalidade.
- (D) eficiência.
- (E) supremacia do interesse público.

A: incorreta. O administrador público exerce apenas a gestão sobre os bens públicos não podendo deles dispor. Decorre daí o princípio da indisponibilidade do interesse público; B: correta. O princípio da segurança jurídica, também conhecido como princípio da estabilidade das relações jurídicas, visa a impedir a desconstituição injustificada de atos ou situações jurídicas já apreciadas. No aspecto objetivo, o princípio da segurança jurídica encontra-se intimamente ligado à estabilidade das relações jurídicas, por meio da proteção ao direito adquirido, ao ato jurídico perfeito e à coisa julgada (art. 5º, XXXVI, da CF). Já no aspecto subjetivo, o princípio da segurança jurídica, encontra-se relacionado à proteção à confiança; C: incorreta. O princípio da legalidade exige a subordinação perante a lei, salientando-se que todos aqueles que atuam no setor público devem agir segundo a lei, nem contra, nem além da lei; D: incorreta. O princípio da eficiência adverte que é dever da Administração Pública prestar com eficiência, qualidade e celeridade os serviços públicos, de modo a suprir as necessidades dos administrados. Observa-se que o princípio da eficiência está intimamente ligado à administração gerencial. Essa administração gerencial, é bom que se diga, diz respeito à capacidade de planejamento por parte das autoridades públicas, com metas e ações definidas a curto, médio e longo prazo; E: incorreta. O princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado parte da ideia de que o fim do Estado é o bem comum e não o individual, de forma que havendo conflito entre interesse público e interesse privado, prevalece o interesse público.

“B” Gabarito

(Técnico do Ministério Público – MPE-AL – COPEVE - UFAL – 2012) Assinale a opção que representa os princípios constitucionais explícitos aplicáveis à Administração Pública.

- (A) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- (B) Legalidade, celeridade, hierarquia, responsabilidade extracontratual e eficiência.
- (C) Legalidade, motivo, forma, controle e disciplina.
- (D) Legalidade, hierarquia, subsidiariedade, controle e eficiência.
- (E) Legalidade, subsidiariedade, adequação, eficiência e comodidade.

A: correta. O art. 37, “caput” da Constituição Federal prescreve que a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência; B: incorreta, pois celeridade, hierarquia, responsabilidade extracontratual não constam do rol exposto no art. 37, “caput” da CF; C: incorreta, pois motivo, forma, controle e disciplina não constam do rol exposto no art. 37, “caput” da CF; D: incorreta, pois hierarquia, subsidiariedade e controle não constam do rol exposto no art. 37, “caput” da CF; E: incorreta, pois subsidiariedade, adequação e comodidade não constam do rol exposto no art. 37, “caput” da CF.

“A” Gabarito

(Técnico do Ministério Público – MPE-AL – COPEVE - UFAL – 2012) Dadas as proposições abaixo,

- I. A legalidade, a impessoalidade e a moralidade são princípios da administração pública.
- II. A publicidade, a eficiência e a moralidade são princípios da administração pública.
- III. A eficiência, a legalidade e a oralidade são princípios da administração pública.
- IV. A publicidade, a moralidade e a legalidade são princípios da administração pública.

verifica-se que estão corretos os itens:

- (A) I, III e IV.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) I, II e IV.

O art. 37 “caput” da CF dispõe que a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Não consta do citado rol, o princípio da oralidade. Dessa forma, encontram-se corretos os itens I, II e IV.

“E” Gabarito

(Analista Jurídico – MPE-AL – COPEVE-UFAL – 2012) Assinale o princípio norteador do serviço público que corresponde ao dever de boa administração.

- (A) Princípio da moralidade.
- (B) Princípio da legalidade.
- (C) Princípio da eficiência.
- (D) Princípio da motivação.
- (E) Princípio da finalidade.

A: incorreta. O princípio da moralidade refere-se à boa-fé, conduta ética, honesta, imparcial, leal e prova que o agente público deve ter ao desempenhar sua função; B: incorreta. O princípio da legalidade exige a subordinação perante a lei, salientando-se que todos aqueles que atuam no setor público, devem agir segundo a lei, nem contra, nem além da lei; C: correta. O princípio da eficiência indica que o serviço público deve ser prestado com qualidade e celeridade, de modo a suprir as necessidades dos administrados. Diz-se que o princípio da eficiência está intimamente ligado à administração gerencial. Essa administração gerencial, é bom que se diga, diz respeito à capacidade de planejamento por parte das autoridades públicas, com metas e ações definidas a curto, médio e longo prazo; D: incorreta. *Ab initio* pode-se afirmar que a motivação é indicação dos fatos e fundamentos para a prática do ato administrativo. Este princípio encontra amparo legal no art. 2º da Lei 9.784/99; E: incorreta. A finalidade é requisito do ato administrativo e consiste no objetivo ou resultado que a Administração Pública deseja atingir.

“C” Gabarito

(Analista Processual – MP-RO – FUNCAB – 2012) Na hipótese de Prefeito que delibera desapropriar área de seu desafeto para edificar hospital municipal, verifica-se, do ponto de vista material, ofensa ao seguinte princípio da Administração Pública:

- (A) motivação.
- (B) moralidade.
- (C) legalidade.
- (D) devido processo legal.
- (E) inalienabilidade dos bens públicos.

A: incorreta. A motivação encontra amparo legal no art. 2º da Lei 9.784/99, e pode ser entendida como o dever imposto à Administração para justificar seus atos, apontando-lhes os fundamentos de direito e de

fato; **B**: correta. O princípio da moralidade refere-se à boa-fé, conduta ética, honesta, imparcial, leal e prova que o agente público deve ter ao desempenhar sua função. Claro está que o objetivo da previsão constitucional do princípio da moralidade é justamente inibir a prática de atos contrários à moralidade na Administração Pública; **C**: incorreta. O princípio da legalidade exige a subordinação perante a lei, salientando-se que todos aqueles que atuam no setor público, devem agir segundo a lei, nem contra, nem além da lei; **D**: incorreta. O devido processo legal, se não observado, ofende o direito de petição, do contraditório e da ampla defesa, por força da disposição expressa nos incisos LIV e LV art.5º, da CF; **E**: incorreta, pois inalienabilidade dos bens públicos não é princípio, mas uma prerrogativa aplicável aos princípios.

“B” Gabarito

(Analista Administrativo – MPE-RN – FCC – 2012) O Administrador Público, ao remover determinado Servidor Público, com o objetivo de vingança, viola, dentre outros, o princípio da:

- (A) proporcionalidade.
- (B) impessoalidade.
- (C) eficiência.
- (D) publicidade.
- (E) especialidade.

A: incorreta, pois o princípio da proporcionalidade significa adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público (art. 2º, parágrafo único, inc. VI da Lei 9.784/99); **B**: correta, pois o princípio da impessoalidade almeja inibir uma conduta inadequada do Administrador Público, decorrendo daí que deve haver tratamento igualitário às pessoas evitando-se a prática de perseguições ou favoritismos a alguns em detrimento de outros. A nosso ver, viola também o princípio da moralidade; **C**: incorreta, pois o princípio da eficiência indica que é dever da Administração Pública prestar com eficiência, qualidade e celeridade os serviços públicos, de modo a suprir as necessidades dos administrados; **D**: incorreta, pois o princípio da publicidade diz respeito à transparência dos atos administrativos, e consiste na divulgação dos atos oficiais do poder público para conhecimento dos cidadãos; **E**: incorreta. Temos, pelo princípio da especialidade, que os órgãos e entidades integrantes da Administração Pública devem cumprir o papel para os quais foram criadas, sendo vedadas as atividades estranhas à missão legalmente destinada a esses órgãos e entidades.

“B” Gabarito

(Analista Ministerial Administrativo – MPE-MA – FCC – 2013) Determinado servidor público, ao aplicar sanção a seu subordinado, assim o fez de forma excessiva e sem levar em conta as circunstâncias da falta disciplinar e o anterior comportamento do funcionário, isto é, seus antecedentes funcionais.

O fato narrado caracteriza violação ao seguinte princípio da Administração Pública:

- (A) razoabilidade.
- (B) publicidade.
- (C) eficiência.
- (D) supremacia do interesse público.
- (E) presunção de veracidade.

A: correta, tendo em vista que o princípio da razoabilidade, também conhecido como princípio da proibição do excesso, é aquele que impõe o agente público o dever de agir dentro de um padrão normal, evitando-se assim excessos e abusos que eventualmente possam ocorrer; **B**: incorreta, pois o princípio da publicidade diz respeito à transparência dos atos administrativos, e consiste na divulgação dos atos oficiais do poder público para conhecimento dos cidadãos; **C**: incorreta, pois o princípio da eficiência significa que é dever da Administração Pública

prestar com eficiência, qualidade e celeridade os serviços públicos, de modo a suprir as necessidades dos administrados; **D**: incorreta, pois a supremacia do interesse público significa que havendo conflito entre interesse público e interesse privado, prevalece o interesse público; **E**: incorreta, pois a presunção de veracidade significa que os atos presumem-se verdadeiros até prova em contrário.

“A” Gabarito

(Analista Ministerial Administrativo – MPE-MA – FCC – 2013) João obteve a primeira colocação na classificação final de determinado concurso público, conforme publicação realizada em jornal de grande circulação. No entanto, foi nomeado mediante publicação em periódico diverso e de menor circulação, o que o impossibilitou de tomar as providências necessárias à posse e entrada em exercício na função. A convocação de João mediante singelo aviso genérico em jornal de pequena circulação, diverso daquele em que os atos oficiais haviam sido até então publicados, não é apta a alcançar as finalidades de transparência e de conferir ciência ao nomeado, visto que dificulta o acesso e a compreensão da informação veiculada. A situação narrada evidencia a violação ao seguinte princípio da Administração Pública:

- (A) improbidade.
- (B) motivação.
- (C) publicidade.
- (D) supremacia do interesse público.
- (E) presunção de veracidade.

A: incorreta. Improbidade não é princípio, mas conduta descrita nos arts. 9º, 10 e 11 da Lei 8.429/92; **B**: incorreta, pois a motivação é indicação dos fatos e fundamentos para a prática do ato administrativo; **C**: correta, pois o objetivo do princípio da publicidade diz respeito à transparência dos atos administrativos, e consiste na divulgação dos atos oficiais do poder público para conhecimento dos cidadãos. Estes devem ser publicados no diário oficial, por meios eletrônicos ou em jornais de grande circulação; **D**: incorreta, pois a supremacia do interesse público significa que, havendo conflito entre interesse público e interesse privado, prevalece o interesse público; **E**: incorreta, pois a presunção de veracidade, significa que os atos presumem-se verdadeiros até prova em contrário.

“C” Gabarito

(Técnico Ministerial - Execução de Mandados – MPE-MA – FCC – 2013) De acordo com este princípio todos os usuários dos serviços públicos que satisfaçam as condições legais fazem jus à prestação do serviço, sem qualquer discriminação, privilégio, ou abusos de qualquer ordem. O serviço público deve ser estendido ao maior número possível de interessados, sendo que todos devem ser tratados isonomicamente.

Trata-se do princípio da:

- (A) cortesia.
- (B) atualidade.
- (C) generalidade.
- (D) continuidade.
- (E) modicidade.

A: incorreta, pois o princípio da cortesia significa que o destinatário final do serviço público é o usuário, e é de se esperar que este seja tratado com urbanidade e respeito; **B**: incorreta, pois o princípio da atualidade compreende a modernidade das técnicas, equipamentos, instalações, bem como a melhoria e expansão do serviço; **C**: correta, pois o princípio da generalidade ou universalidade (também conhecido como de funcionamento equitativo) indica que o serviço público deve

ser disponibilizado de forma que atinja toda coletividade; **D:** incorreta, pois o princípio da continuidade significa que o serviço público deve ser prestado sem interrupção; **E:** incorreta, pois o princípio da modicidade indica que os serviços públicos devem ser remunerados a preços módicos.

„C“ Gabarito

(Analista Jurídico – MPE-CE – FCC – 2013) Determinado Secretário Municipal cedeu caminhões e servidores municipais para que realizassem a mudança de um conhecido político da região. Houve, portanto, empréstimo de bens e servidores públicos para a satisfação de interesses pessoais de agente político. O caso narrado evidencia a violação ao seguinte princípio do Direito Administrativo:

- (A) especialidade.
- (B) moralidade.
- (C) publicidade.
- (D) autotutela.
- (E) tutela.

A: incorreta. O enunciado não se refere ao princípio da especialidade; B: correta, pois o princípio da moralidade significa que o agente público deve agir com probidade, moralidade, honestidade, boa-fé. Tratar todos de maneira igual evitando-se favoritismo a alguns em detrimento de outros; C: incorreta, pois o princípio da publicidade diz respeito à transparência dos atos praticados pela Administração Pública; D: incorreta, pois a tutela diz respeito à possibilidade da Administração de rever seus próprios atos, revogando os convenientes e inoportunos ou anulá-los por vício de legalidade; E: incorreta. A tutela diz respeito ao cuidado que o gestor público deve ter na gestão dos bens públicos.

„B“ Gabarito

2. PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

(Analista – MPU – 2010 – CESPE) Com relação aos poderes administrativos, julgue o item a seguir.

- (1) As prerrogativas do regime jurídico administrativo conferem poderes à Administração, colocada em posição de supremacia sobre o particular; já as sujeições servem de limites à atuação administrativa, como garantia do respeito às finalidades públicas e também dos direitos do cidadão.

1: correto, pois a Administração tem um misto de poderes (ex.: disciplinar, regulamentar, de polícia etc.) e de sujeições (ex.: de prestar contas, de cumprir a lei etc.); os poderes conferem uma supremacia da Administração em relação ao particular; já as sujeições servem de limites à atuação administrativa.

„C“ Gabarito

(Analista – MPU – 2010 – CESPE) Acerca do poder de polícia julgue o próximo item.

- (1) O poder de polícia, vinculado à prática de ato ilícito de um particular, tem natureza sancionatória, devendo ser exercido apenas de maneira repressiva.

1: incorreto, pois o poder de polícia pode ser repressivo ou preventivo.

„E“ Gabarito

(Técnico em Promotoria – Direito – MPE-PB – COMPERVE-UFRN) Quanto ao poder de polícia, é INCORRETO afirmar:

- (A) O poder de polícia, em sentido estrito, configura-se como atividade administrativa que consubstancia verdadeira prerrogativa conferida aos agentes da Administração, consistindo no poder de restringir e condicionar a liberdade e a propriedade.

(B) O Poder Público, quando interfere na órbita do interesse privado para salvaguardar o interesse da Administração e do Estado, restringindo direitos individuais, atua no exercício do poder de polícia.

(C) A competência para exercer o poder de polícia é, em princípio, da pessoa federativa à qual a Constituição Federal conferiu o poder de regular a matéria.

(D) O exercício do poder de polícia administrativa não depende da intervenção de outro poder para torná-lo efetivo, desde que a lei autorize o administrador a praticar o ato de forma imediata.

(E) A atividade administrativa configuradora do poder de polícia só adquire legitimidade quando a lei em que se funda a conduta da Administração tiver lastro constitucional.

A: Em sentido estrito, o poder de polícia nada mais é do que a faculdade que possui a Administração Pública em fiscalizar, restringir e condicionar a liberdade e a propriedade e aplicar sanções em caso de descumprimento das normas preexistentes; B: O poder de polícia se dá quando o Poder Público interfere na órbita do interesse privado para salvaguardar o interesse da Administração e do Estado, restringindo direitos individuais. É nesse sentido que a Administração Pública tem poder para impor restrições ao exercício de direitos do particular em razão da supremacia do interesse público. Nisto consiste o poder de polícia. A alternativa encontra-se correta; C: Quanto à competência normativa, o exercício do poder de polícia, em regra, é da União por mandamento constitucional (arts. 21, 22, 25 e 30, da CF). Contudo, essa é uma regra que admite exceções, já que em algumas hipóteses o poder de polícia gera competência concorrente, devendo os entes políticos trabalhar em regime de cooperação, ou seja, de gestão associada, conforme previsão constitucional (art. 241); D: A alternativa está errada, pois em sentido amplo, o poder de polícia se manifesta também por meio de atos normativos gerais e abstratos, a exemplos das leis, decretos, resoluções, portarias. As leis, por exemplo, advêm do Poder Legislativo. São estes atos normativos que disciplinam, por exemplo, a venda de certos medicamentos, bebidas alcoólicas, fogos de artifícios, etc. A partir daí pode ser exercido o poder de polícia; E: incorreta a afirmativa, pois há atos normativos que se originam das Leis Estaduais ou Municipais, e não constitucionais. A própria definição do poder de polícia vem definido no art. 78 do CTB e não da Constituição.

„B“ Gabarito

(Assistente Técnico Administrativo – MPE-BA – FESMIP – 2011) Analise as seguintes assertivas acerca dos poderes administrativos:

- I. O ato praticado no exercício do poder discricionário não pode sofrer controle pelo Poder Judiciário.
- II. O poder de revisão dos atos administrativos deriva do Poder Disciplinar.
- III. O Poder regulamentar autoriza a Administração Pública a criar direitos para os administrados, porém não pode criar obrigações sem a existência de lei anterior.
- IV. Os poderes administrativos são irrenunciáveis.
- V. O agente que, embora agindo dentro de sua competência, afasta-se do interesse público age com “desvio de poder”.

Estão corretas as assertivas:

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e V.
- (D) III e IV.
- (E) IV e V.

I: incorreta. O poder discricionário deve ser exercido dentro dos limites legais. Caso contrário a discricionariedade passa a ser arbitrariedade. Caso o Administrador Público extrapole os limites legais, tais atos podem ser questionados ante o Poder Judiciário nos aspectos relacionados à legalidade e não ao mérito; **II:** incorreta. O poder de revisão dos atos administrativos deriva da autotutela; **III:** incorreta, pois o poder regulamentar é aquele conferido ao Chefe do Executivo para editar atos normativos (decretos e regulamentos) com a finalidade de dar fiel execução à lei. Ou seja, exige existência de lei anterior; **IV:** correta. Não pode a autoridade pública renunciar as suas competências nem transferir a titularidade delas (art. 11 da Lei 9.784/99); **V:** correta: O desvio de poder (finalidade) se dá quando a autoridade pública, embora atuando dentro de sua órbita de competência, pratica ato diverso do previsto em lei, e contrário ao interesse público (art. 2º, parágrafo único, e da Lei 4.717/65).

Gabarrão "E"

(Assistente Técnico Administrativo – MPE-BA – FESMIP – 2011) Quando o Poder Público interfere na órbita do interesse privado para salvaguardar o interesse público, restringindo direitos individuais, atua no exercício do:

- (A) Poder discricionário.
- (B) Poder disciplinar.
- (C) Poder hierárquico.
- (D) Poder de polícia.
- (E) Poder regulamentar.

A: incorreta. O poder discricionário é aquele que confere ao administrador público liberdade para decidir se determinado ato é ou não de interesse público, levando em conta os critérios da conveniência e da oportunidade; **B:** incorreta. O poder disciplinar é conferido ao Administrador Público para apurar as infrações cometidas pelos agentes e impor penalidades, aplicando-lhes sanções de caráter administrativo, inclusive àqueles que tratam com a Administração Pública ou a elas se sujeitam, a exemplo das concessionárias ou permissionárias do serviço público; **C:** incorreta. O poder hierárquico é o que dispõe o Executivo para distribuir e escalonar as funções de seus órgãos, ordenar e rever a atuação de seus agentes, estabelecendo a relação de subordinação entre os servidores no âmbito do mesmo poder; **D:** correta. O poder de polícia é toda atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos (art. 78 do CTN); **E:** incorreta. O poder regulamentar é aquele conferido ao Chefe do Executivo para editar atos normativos (decretos e regulamentos) com a finalidade de dar fiel execução à lei.

Gabarrão "D"

(Analista Ministerial Área Processual – MPE-PI – CESPE – 2012) Julgue o item abaixo, relativo aos poderes da administração pública.

O atributo da exigibilidade, presente no exercício do poder de polícia, ocorre quando a administração pública se vale de meios indiretos de coação para que o particular exerça seu direito individual em benefício do interesse público, tal como a não concessão de licenciamento do veículo enquanto não forem pagas as multas de trânsito.

1. correta. A qualidade em virtude da qual o Estado, no exercício da função administrativa, pode exigir de terceiros o cumprimento, a observância, das obrigações que impôs. Na exigibilidade o Poder Público compele o administrado a cumprir a obrigação por meios indiretos (coação indireta) como no caso da não concessão de licenciamento do veículo enquanto não forem pagas as multas de trânsito.

Gabarrão "1C"

(Analista Administrativo – MPE-RN – FCC – 2012) O chefe de uma determinada repartição pública fiscaliza permanentemente os atos praticados pelos seus agentes subordinados, com o intuito de mantê-los dentro dos padrões legais. Trata-se de típico exemplo de poder:

- (A) disciplinar.
- (B) normativo.
- (C) hierárquico.
- (D) de polícia.
- (E) regulamentar.

A: incorreta. O poder disciplinar é conferido ao Administrador Público para apurar as infrações cometidas pelos agentes e impor penalidades, aplicando-lhes sanções de caráter administrativo, inclusive, àqueles que tratam com a Administração Pública ou a elas se sujeitam, a exemplo das concessionárias ou permissionárias do serviço público; **B:** incorreta. O poder normativo (ou regulamentar) é aquele conferido às autoridades públicas para edição de normas. É uma forma atípica de exercício da função normativa; **C:** correta, já que o poder hierárquico é o que dispõe o Executivo para distribuir e escalonar as funções de seus órgãos, ordenar e rever a atuação de seus agentes, estabelecendo a relação de subordinação entre os servidores do seu quadro de pessoal; **D:** incorreta. O poder de polícia é toda atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos; **E:** incorreta, pois o poder regulamentar é aquele conferido ao Chefe do Executivo para editar atos normativos (decretos e regulamentos) com a finalidade de dar fiel execução à lei.

Gabarrão "C"

(Agente Técnico Jurídico – MPE-AM – FCC – 2013) A concessão de licença para funcionamento de estabelecimento comercial constitui exemplo de atuação administrativa fundada no poder:

- (A) regulamentar.
- (B) disciplinar.
- (C) de polícia.
- (D) normativo.
- (E) hierárquico.

A: incorreta, pois o poder regulamentar é aquele conferido ao Chefe do Executivo para editar atos normativos (decretos e regulamentos) com a finalidade de dar fiel execução à lei; **B:** incorreta, pois o poder disciplinar é conferido ao Administrador Público para apurar as infrações cometidas pelos agentes e impor penalidades, aplicando-lhes sanções de caráter administrativo, inclusive, àqueles que tratam com a Administração Pública ou a elas se sujeitam, a exemplo das concessionárias ou permissionárias do serviço público; **C:** correta. Conforme dispõe o art. 78 do Código Tributário Nacional, o poder de polícia é toda atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos. Em sentido amplo, o poder de polícia vai além das limitações de direitos individuais, e se manifesta também por meio de atos normativos gerais e abstratos, a exemplos das leis, decretos, resoluções, portarias que disciplinem a venda de certos medicamentos, bebidas alcoólicas, fogos de artifícios etc., além de concessões de licenças para construção, alvarás de funcionamento, alcançando de modo geral toda coletividade;

D: incorreta. O poder normativo (ou regulamentar) é aquele conferido às autoridades públicas para edição de normas. É uma forma atípica de exercício da função normativa; **E:** incorreta, pois o poder hierárquico é aquele que dispõe o Executivo para distribuir e escalonar as funções de seus órgãos, ordenar e rever a atuação de seus agentes, estabelecendo a relação de subordinação entre os servidores do seu quadro de pessoal.

(Analista Ministerial Administrativo – MPE-MA – FCC – 2013) Uma das atividades da Administração Pública consiste em controlar a atividade dos órgãos inferiores, para verificar a legalidade de seus atos e o cumprimento de suas obrigações, podendo anular os atos ilegais ou revogar os inconvenientes ou inoportunos. Trata-se do exercício do poder:

- (A) jurídico-normativo.
- (B) disciplinar.
- (C) regulamentar.
- (D) de polícia.
- (E) hierárquico.

A: incorreta. Jurídico-normativo não é poder; **B:** incorreta, pois o poder disciplinar é aquele conferido ao Administrador Público para apurar as infrações cometidas pelos agentes e impor penalidades, aplicando-lhes sanções de caráter administrativo, inclusive, àqueles que contratam com a Administração Pública ou a elas se sujeitam, a exemplo das concessionárias ou permissonárias do serviço público; **C:** incorreta, pois o poder regulamentar é aquele conferido ao Chefe do Executivo para editar atos normativos (decretos e regulamentos) com a finalidade de dar fiel execução à lei; **D:** incorreta, pois o poder de polícia é toda atividade da administração pública Administração Pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos; **E:** correta. O poder hierárquico é o que dispõe o Executivo para distribuir e escalonar as funções de seus órgãos, ordenar e rever a atuação de seus agentes, estabelecendo a relação de subordinação entre os servidores do seu quadro de pessoal, sendo esta a alternativa correta.

(Técnico Ministerial - Execução de Mandados – MPE-MA – FCC – 2013) A avocação é atribuição própria do poder:

- (A) de polícia.
- (B) disciplinar.
- (C) regulamentar.
- (D) hierárquico.
- (E) jurídico-normativo.

A: incorreta, pois o poder de polícia é toda atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos; **B:** incorreta, pois o poder disciplinar é conferido ao Administrador Público para apurar as infrações cometidas pelos agentes e impor penalidades, aplicando-lhes sanções de caráter administrativo, inclusive, àqueles que contratam com a Administração Pública ou a elas se sujeitam, a exemplo das concessionárias ou permissonárias do serviço público; **C:** incorreta. O poder regulamentar é aquele conferido ao Chefe do Executivo para editar atos normativos (decretos e regulamentos) com a finalidade de dar fiel execução à lei; **D:** correta. A delegação de competência é uma das atribuições do poder hierárquico.

Neste caso, o superior hierárquico confere a um subordinado, o exercício temporário de algumas atribuições que competem originalmente ao delegante, exceto na edição de atos de caráter normativo, decisão de recursos administrativos e matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade, devendo ocorrer somente em caráter excepcional (arts. 12, 13 e 15 da Lei 9.784/99); **E:** incorreta, pois a avocação não é atribuição própria do poder jurídico normativo.

(Analista Direito – MPE-MS – FGV – 2013) Sobre o *Poder de Polícia*, avalie as afirmativas a seguir.

- I. São características do poder de polícia a autoexecutoriedade e a coercibilidade.
- II. O poder de polícia somente pode ser exercido por pessoa jurídica integrante da Administração Pública.
- III. A Polícia Administrativa incide sobre pessoas, enquanto a Polícia Judiciária sobre atividades.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

I: correta, pois são atributos do poder de polícia a discricionariedade, autoexecutoriedade e coercibilidade; **II:** incorreta. Em regra, o poder de polícia é indelegável, mas excepcionalmente poderá ser delegado às entidades da Administração indireta. A doutrina majoritária admite a atribuição de certas atividades materiais a entes privados, desde que meramente instrumentais ou acessórias e mediante a observância de determinadas condições específicas; **III:** incorreta. A polícia administrativa tem caráter preventivo e fiscalizador e tem lugar no âmbito de função administrativa, agindo sobre bens, direitos ou atividades dos indivíduos, enquanto a polícia judiciária age de forma repressiva aos delitos cometidos pelos indivíduos.

(Analista de Promotoria II – Agente de Promotoria – MPE-SP – IBFC – 2013)

A apreensão de veículos pela autoridade administrativa competente, em virtude de transporte coletivo irregular, decorre do poder:

- (A) Hierárquico.
- (B) De polícia.
- (C) Discricionário.
- (D) Regulamentar.
- (E) Disciplinar.

A: incorreta, pois o poder hierárquico é o que dispõe o Executivo para distribuir e escalonar as funções de seus órgãos, ordenar e rever a atuação de seus agentes, estabelecendo a relação de subordinação entre os servidores do seu quadro de pessoal; **B:** correta, pois o poder de polícia se dá quando o Poder Público interfere na órbita do interesse privado para salvaguardar o interesse da Administração e do Estado, restringindo direitos individuais. É nesse sentido que a Administração Pública tem poder para impor restrições ao exercício de direitos do particular em razão da supremacia do interesse público, a exemplo de apreensão de veículos pela autoridade administrativa competente, em virtude de transporte coletivo irregular; **C:** incorreta, pois o poder discricionário é aquele que confere ao administrador público liberdade para decidir se determinado ato é ou não de interesse público, levando em conta os critérios da conveniência e da oportunidade; **D:** incorreta, pois o poder regulamentar é aquele conferido ao Chefe do Executivo para editar atos normativos (decretos e regulamentos) com a finalidade de dar fiel execução à lei; **E:** incorreta, pois disciplinar é aquele conferido ao Administrador Público para apurar as infrações cometidas pelos agentes e impor penalidades, aplicando-lhes sanções de caráter administrativo,

inclusive, àqueles que contratam com a Administração Pública ou a elas se sujeitam, a exemplo das concessionárias ou permissionárias do serviço público.

“B” gabarito

(Analista de Promotoria II – Agente de Promotoria – MPE-SP – IBFC – 2013)

O diretor de uma unidade administrativa, ao fiscalizar os atos praticados pelos seus subordinados, com a finalidade de constatar a regularidade do exercício das atribuições de cada servidor, exerce o poder:

- (A) Disciplinar.
- (B) Hierárquico.
- (C) Normativo.
- (D) De polícia.
- (E) Regulamentar.

A: incorreta, pois poder disciplinar é aquele conferido ao Administrador Público para apurar as infrações cometidas pelos agentes e impor penalidades, aplicando-lhes sanções de caráter administrativo, inclusive, àqueles que contratam com a Administração Pública ou a elas se sujeitam, a exemplo das concessionárias ou permissionárias do serviço público; **B:** correta, pois o poder hierárquico é o que dispõe o Executivo para distribuir e escalonar as funções de seus órgãos, ordenar e rever a atuação de seus agentes, estabelecendo a relação de subordinação entre os servidores do seu quadro de pessoal; **C:** incorreta, pois o poder normativo (ou regulamentar) é aquele conferido às autoridades públicas para edição de normas. É uma forma atípica de exercício da função normativa; **D:** incorreta, pois o poder de polícia se dá quando o Poder Público interfere na órbita do interesse privado para salvaguardar o interesse da Administração e do Estado, restringindo direitos individuais. É nesse sentido que a Administração Pública tem poder para impor restrições ao exercício de direitos do particular em razão da supremacia do interesse público; **E:** incorreta, pois o poder regulamentar é aquele conferido ao Chefe do Executivo para editar atos normativos (decretos e regulamentos) com a finalidade de dar fiel execução à lei.

“B” gabarito

3. ATOS ADMINISTRATIVOS

(Técnico em Promotoria – Direito – MPE-PB – COMPERVE-UFRN) A **convalidação**, na perspectiva doutrinária atual, é o meio de que se vale a Administração Pública para aproveitar atos administrativos:

- (A) com defeitos de mérito.
- (B) inoportunos e inconvenientes.
- (C) contrários ao interesse público, mas passíveis de aproveitamento.
- (D) com vícios superáveis, de forma a confirmá-los no todo ou em parte.
- (E) inválidos ou nulos.

Convalidar significa tornar válido. A convalidação, por vezes é denominada de aperfeiçoamento ou sanatória do ato administrativo. Pode ser entendida como o instrumento que possui a Administração Pública para aproveitar atos administrativos com vícios sanáveis, podendo confirmá-los no todo ou em parte. Em que pese a convalidação ser matéria controvertida na doutrina, observa-se que artigo 55 da Lei 9.784/99 a admite expressamente, desde que não acarrete lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros. Cumpridos estes requisitos, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração. Segundo lição de José dos Santos Carvalho Filho (*Manual de direito administrativo*, 24ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 152), a convalidação pode dar-se das seguintes formas a) ratificação: a autoridade que deve ratificar pode ser a mesma que praticou o ato anterior ou um superior hierárquico (desde que a lei lhe

confira esta competência específica). A ratificação é apropriada para convalidar atos inquinados de vícios extrínsecos, como a competência e a forma, não se aplicando, contudo, ao motivo, ao objeto e à finalidade; b) reforma: suprime a parte inválida do ato anterior e mantém a parte válida. Exemplo: ato anterior concedia licença e férias a um servidor; verifica-se depois que não tinha direito a licença, pratica-se novo ato retirando essa parte do ato anterior e ratifica-se a parte relativa às férias; c) conversão: por meio dela a Administração Pública, depois de retirar a parte inválida do ato anterior, processa a sua substituição por uma nova parte, de modo que o novo ato passa a conter a parte válida da anterior e uma nova parte, nascida esta com o ato de aproveitamento. Ou seja: ao contrário da convalidação, não se corrige o ato, mas aproveita-o. Pelo exposto, verifica-se que as alternativas A, B, C e E encontram-se incorretas.

“D” gabarito

(Analista Ministerial Especialista - Ciências Jurídicas – MPE-TO – UFT-CAPESE – 2010) Sobre Atos Administrativos assinale a alternativa incorreta:

- (A) O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo se comprovada má-fé.
- (B) Das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito.
- (C) A Administração deve revogar seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode anulá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
- (D) Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.

A: correta. O prazo para que a Administração Pública tem para anular seus atos é de 5 anos, salvo se comprovada má-fé; **B:** correta. Não cabe recurso das decisões administrativas por razões de legalidade e mérito; **C:** incorreta, pois a Administração deve anular (e não revogar) seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos; **D:** correta. A convalidação, por vezes é denominada de aperfeiçoamento ou sanatória do ato administrativo. Pode ser entendida como o instrumento que possui a Administração Pública para aproveitar atos administrativos com vícios sanáveis, podendo confirmá-los no todo ou em parte. Em que pese a convalidação ser matéria controvertida na doutrina, observa-se que art. 55 da Lei 9.784/99 a admite expressamente, desde que não acarrete lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.

“C” gabarito

(Analista de Promotoria I – Assistente Jurídico – MPE-SP – VUNESP – 2010)

A competência para o ato administrativo:

- (A) se presume.
- (B) pode, via de regra, ser delegada por lei.
- (C) pode ser objeto de renúncia.
- (D) é o mesmo que capacidade.
- (E) não é de exercício obrigatório.

A: incorreta. A competência não se presume, mas resulta da lei, sendo que o ato administrativo realizado por agente incompetente, ou que exceda os limites legais, resulta inválido; **B:** correta. A competência em caráter excepcional poderá ser delegada. A delegação de competência encontra amparo nos arts. 11 a 15 da Lei 9.784/99 que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal; **C:** incorreta, pois não pode o delegante renunciar as suas competências nem transferir a titularidade delas (art. 11 da citada lei); **D:** incorreta.

A competência significa que o ato administrativo só pode ser realizado por agente público que tenha poder legal para praticá-lo. A capacidade, por sua vez, diz respeito à aptidão de uma pessoa. Esta aptidão pode ser física, mental ou intelectual. Uma pessoa pode ter aptidão para o desempenho de uma determinada função, mas não a competência para fazê-lo; **E**: incorreta. Ao contrário. A competência é de exercício obrigatório para o agente público que detém essa competência.

Gabarito "B"

(Analista de Promotoria I – Assistente Jurídico – MPE-SP – VUNESP – 2010)

Analise a Súmula n.º 473 do STF a seguir e assinale a alternativa que contém os vocábulos que completam correta e respectivamente as suas lacunas.

A Administração pode _____ seus próprios atos, quando eivados de _____ que os tornam _____, porque deles não se originam _____; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os _____, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

- (A) anular ... vícios ... ilegais ... direitos ... direitos adquiridos.
- (B) revogar ... defeitos ... inválidos ... efeitos ... atos jurídicos.
- (C) revogar ... máculas ... defeituosos ... competências ... servidores públicos.
- (D) anular ... defeitos ... imprestáveis ... decisões ... atos administrativos.
- (E) invalidar ... defeitos ... viciados ... direitos ... direitos alheios.

A Súmula 473 dispõe que *a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.* Dessa forma, encontra-se correta a alternativa A, estando as demais incorretas.

Gabarito "A"

(Analista de Promotoria I – Assistente Jurídico – MPE-SP – VUNESP – 2010)

É exemplo de ato administrativo irrevogável:

- (A) a autorização.
- (B) a licença.
- (C) a concessão de uso de bem público por particular.
- (D) a declaração de utilidade pública de imóvel para fins de desapropriação.
- (E) um ato discricionário.

A: incorreta. A autorização é ato administrativo discricionário e precário pelo qual o Poder Público torna possível ao pretendente a realização de certa atividade, serviço ou utilização de determinados bens particulares ou públicos, de seu uso exclusivo ou predominante interesse, que a lei condiciona a quiescência prévia da Administração, tais como o uso especial de bem público. A Administração pode negá-la, como pode revogá-la a qualquer momento; **B**: correta, tendo em vista que a licença é ato administrativo vinculado e definitivo pelo qual o Poder Público, verificando o atendimento do interessado a todas as exigências legais, facultar-lhe o desempenho de atividades ou a realização de fatos materiais antes vedados ao particular, como, por exemplo, o exercício de uma profissão ou a construção de um edifício em terreno próprio; **C**: incorreta. A concessão de uso de bem público por particular é ato discricionário, podendo a Administração Pública revogá-lo a qualquer tempo; **D**: incorreta. A declaração de utilidade pública de um imóvel pode ser revogada pelo Poder Público por motivo de conveniência ou oportunidade; **E**: incorreta. O ato discricionário, poderá ser revogado. Por exemplo, a autorização para o uso de um bem público.

Gabarito "B"

(Analista de Promotoria I – Assistente Jurídico – MPE-SP – VUNESP – 2010)

Sobre a extinção do ato administrativo por invalidação, é correto afirmar que:

- (A) ocorre pela conveniência e oportunidade da Administração Pública.
- (B) tem, em regra, efeitos *ex nunc*.
- (C) deve ser efetivada exclusivamente pelo Poder Judiciário.
- (D) pode ser total ou parcial.
- (E) por incidir sobre ato nulo, o desfazimento do ato dispensa a motivação

A: incorreta, pois a invalidação se dá por motivo de vício de legalidade; B: incorreta. A invalidação tem efeito *ex tunc*; C: incorreta. A invalidação pode ser realizada tanto pela Administração Pública em razão da autotutela, quanto pelo Poder Judiciário; D: Correta. A invalidação pode ser parcial ou total. A invalidação parcial (também chamada de reforma) suprime a parte inválida do ato e mantém a parte válida. A invalidação total se dá quando o ato encontra-se eivado de nulidade. E: Alternativa incorreta. A invalidação pode incidir sobre o ato nulo ou anulável e, como qualquer outro ato administrativo, deve ser motivada.

Gabarito "D"

(Assistente Técnico Administrativo – MPE-BA – FESMIP – 2011)

Análise as seguintes assertivas acerca do ato administrativo:

- I. A anulação é o desfazimento do ato administrativo por razões de ilegalidade, podendo ser feita pela Administração Pública, com base no seu poder de autotutela, ou pelo Poder Judiciário.
- II. A revogação é prerrogativa da Administração Pública para atender a motivos de conveniência e oportunidade.
- III. A revogação é ato administrativo discricionário da Administração e gera efeitos *ex tunc*.
- IV. Tanto os atos discricionários quanto os atos vinculados podem ser objeto de revogação.
- V. A revogação pressupõe a existência de um ato ilegal. Estão corretas as assertivas:

- (A) I e II.
- (B) I e V.
- (C) II e III.
- (D) III e IV.
- (E) IV e V.

I: correta. A anulação é o desfazimento do ato administrativo por razões de ilegalidade, podendo ser feita pela Administração Pública, em razão de seu poder de autotutela, ou pelo Poder Judiciário, desde que provocado; II: correta. A revogação de um ato administrativo somente poderá ser feita pela Administração Pública levando-se em conta os critérios de conveniência e oportunidade; III: incorreta, pois a revogação do ato administrativo gera efeitos *ex nunc*; IV: incorreta, pois somente os atos discricionários podem ser objeto de revogação. Os vinculados, podem ser anulados, quando eivados de vícios de legalidade; V: incorreta. O ato que pressupõe existência de ilegalidade é objeto de invalidação e não de revogação.

Gabarito "A"

(Analista Processual Administrativo – MPE-RJ – 2011) Em relação aos atributos dos atos administrativos, é correto afirmar que:

- (A) a autoexecutoriedade é o atributo segundo o qual a Administração deve sempre solicitar a intervenção do Poder Judiciário para impor o cumprimento de seus atos;
- (B) a autoexecutoriedade permite até o uso proporcional da força pela Administração, salvo quando a lei exige a intervenção judicial;

- (C) o decreto expropriatório é sempre autoexecutório, permitindo que a desapropriação seja levada a termo sem a intervenção do Poder Judiciário;
 (D) nenhum ato administrativo é autoexecutório, salvo previsão legal expressa;
 (E) todas as alternativas acima são incorretas.

A: incorreta, pois a autoexecutoriedade é a possibilidade que a Administração Pública possui de executar ou impor seus atos a terceiros, sem a necessidade de autorização do Poder Judiciário; **B:** correta. Em determinadas situações, tal atributo não se aplica ao ato administrativo, devendo a Administração Pública recorrer ao Judiciário. Cite-se como exemplos a cobrança de multa, a desapropriação, as escutas telefônicas, a invasão de domicílio, etc.; **C:** incorreta. A desapropriação deverá efetivar-se mediante acordo ou intentar-se judicialmente, dentro de cinco anos, contados da data da expedição do respectivo decreto e findos os quais este caducará (art. 10 do Decreto-lei 3.365/41); **D:** incorreta. No entanto, a autoexecutoriedade somente é possível quando expressamente prevista em lei ou quando se tratar de medida de urgência passível de trazer prejuízos à Administração Pública; **E:** incorreta, porque a B está correta.

Gabarito "B"

(Técnico do Ministério Público – MPE-AL – COPEVE - UFAL – 2012) Assinale a opção que representa o atributo do ato administrativo que fundamenta a demolição de residência que está prestes a desabar.

- (A) Autoexecutoriedade.
 (B) Tipicidade.
 (C) Imperatividade.
 (D) Presunção de legitimidade.
 (E) Fato da administração.

A: **A:** correta. O que fundamenta a demolição de residência que está prestes a desabar é a autoexecutoriedade, que pode ser definida como a possibilidade de a Administração Pública executar ou impor seus atos a terceiros, sem a necessidade de autorização do Poder Judiciário; **B:** incorreta, pois a tipicidade decorre do princípio da legalidade e consiste em que o ato administrativo deve corresponder ao previsto em lei para que produza seus efeitos; **C:** incorreta, pois a imperatividade decorre do poder de império do Estado, e este, utilizando-se desse poder, impõe de forma unilateral sua vontade aos particulares, independente de sua concordância. A imperatividade também é chamada de poder extroverso; **D:** incorreta, pois a presunção de legitimidade significa que os atos praticados pelo Administrador Público são revestidos de legalidade e veracidade, presumindo-se que os atos administrativos são legítimos e verdadeiros até prova em contrário; **E:** incorreta. O fato da administração é uma das causas que impossibilitam o cumprimento do contrato administrativo pelo contratado, e pode se dar por ação ou omissão da Administração Pública.

Gabarito "A"

(Analista Jurídico – MPE-PA – FAEESP – 2012) A respeito dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- (A) Atos de império são aqueles que se destinam a dar andamento aos processos e papéis que tramitam pelas repartições públicas, com vistas a decisão de mérito pela autoridade competente.
 (B) Atos de expediente são aqueles que a administração pratica sem usar a sua supremacia sobre os destinatários, como ocorre nos atos de pura administração dos bens e serviços públicos.
 (C) Atos de expediente são aqueles que se destinam a dar andamento aos processos e papéis que tramitam pelas repartições públicas, com vistas a decisão de mérito pela autoridade competente.

- (D) Atos de gestão são aqueles que a administração pratica usando sua supremacia sobre o administrado ou servidor e lhes impõe obrigatório atendimento.

A: incorreta. Atos de império são aqueles impostos de forma unilateral pelo Estado, em razão do poder de império e da supremacia que exercem sobre o administrado. São exemplos as desapropriações, o embargo de obras, a apreensão de bens etc. Os atos de império normalmente são revogáveis ou modificáveis a critério da Administração que os expediu; **B:** incorreta. Atos de expediente são todos aqueles que se destinam a dar andamento aos processos e papéis que tramitam nas repartições públicas, preparando-os para decisão de mérito a ser proferida pela autoridade competente; **C:** correta, pois os atos de expediente são todos aqueles que se destinam a dar andamento aos processos e papéis que tramitam nas repartições públicas, preparando-os para decisão de mérito a ser proferida pela autoridade competente. São exemplos: juntar documentos ou numerar processos; **D:** incorreta, pois os atos de gestão são aqueles praticados pela Administração Pública sem usar de sua prerrogativa de supremacia sobre os destinatários e que não exigem coerção sobre os interessados. É o que ocorre na administração de bens e serviços. É o caso de locação de imóvel, por exemplo.

Gabarito "C"

(Analista – Direito – MPE-MG – 2012) No que se refere à sua extinção, é **CORRETO** afirmar que um ato administrativo:

- (A) pode ser revogado por decisão judicial em uma ação popular.
 (B) pode ser anulado pela autoridade que o praticou independentemente de provocação.
 (C) somente pode ser revogado pelo Poder Judiciário.
 (D) pode ser anulado e revogado tanto pela Administração Pública quanto pelo Poder Judiciário.

A: incorreta. A revogação do ato administrativo é atribuição da Administração Pública e não do Poder Judiciário; **B:** correta. O ato administrativo pode ser anulado pela Administração Pública em razão da autotutela, sem necessidade de se recorrer ao Judiciário; **C:** incorreta. O ato administrativo pode ser revogado somente pela Administração Pública; **D:** incorreta. O ato administrativo pode ser revogado somente pela Administração Pública. A anulação do ato pode se dar tanto pela Administração Pública, quanto pelo Poder Judiciário, desde que provocado.

Gabarito "B"

(Analista Administrativo – MPE-RN – FCC – 2012) A deliberação de um Conselho é exemplo de ato administrativo:

- (A) complexo.
 (B) simples.
 (C) composto.
 (D) negocial.
 (E) enunciativo.

A: incorreta. No ato complexo temos a manifestação de dois ou mais órgãos (singulares ou colegiados) e um único ato. Ou seja, é necessária a soma das vontades de mais de um órgão para que seja possível a formação de um único ato. É o caso, por exemplo, da expedição de decreto assinado pelo Presidente da República e referendado por Ministro de Estado, conforme art. 87, parágrafo único da CF; **B:** correta. Ato simples é o que resulta da manifestação da vontade de um único órgão, seja ele unipessoal ou colegiado. É o caso, por exemplo, da deliberação de um conselho; **C:** incorreta. No ato composto, há manifestação de duas vontades de um único órgão, mas, para tornar-se válido, depende da verificação, aprovação, ratificação, ou confirmação por parte de outro órgão para que produza seus efeitos. O primeiro ato é o principal e o segundo é o acessório. É o caso da dispensa de licitação – ato principal – que depende, em determinadas hipóteses, de homologação – ato acessório – pela autoridade superior; **D:** incorreta. O ato negocial é aquele que contém declaração de vontade da Administração Pública,

conferindo ao particular a faculdade para atuar desde que obedecidas as condições impostas pelo Poder Público. Por exemplo: alvará de licença para construção de uma casa; **E**: incorreta. Os atos normativos são aqueles que contêm comando geral do Executivo, visando à correta aplicação da lei. O objetivo imediato de tais atos é explicitar a norma legal a ser observada pela Administração e pelos administrados. São exemplos os decretos, regulamentos instruções normativas, regimentos, resoluções e deliberações.

„B„ oipabno

(Analista Administrativo – MPE-RN – FCC – 2012) Regimentos e regulamentos são, respectivamente, atos administrativos:

- (A) normativos e enunciativos.
- (B) normativos e ordinatórios.
- (C) ordinatórios e normativos.
- (D) normativos e normativos.
- (E) enunciativos e ordinatórios.

A: incorreta. Regulamentos e regimentos são atos normativos; **B**: incorreta. Regulamentos e regimentos não são atos ordinatórios, mas normativos; **C**: incorreta. Regulamentos e regimentos não são atos ordinatórios, mas normativos; **D**: correta. Os atos normativos são aqueles que contêm comando geral do Executivo, visando à correta aplicação da lei. O objetivo imediato de tais atos é explicitar a norma legal a ser observada pela administração e pelos administrados. Os principais atos normativos são: decretos, regulamentos, instruções normativas, regimentos, resoluções e deliberações; **E**: incorreta. Os regimentos e regulamentos não são atos enunciativos, nem ordinatórios, mas normativos.

„D„ oipabno

(Técnico Ministerial - Execução de Mandados – MPE-MA – FCC – 2013) Considere as assertivas a seguir:

- I. O ato administrativo ilegal que já produziu efeitos comporta, em regra, anulação.
 - II. O ato administrativo ilegal que já produziu efeitos comporta revogação.
 - III. O atestado pode ser objeto de revogação.
- Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

I: correta. O ato administrativo ilegal que já produziu efeitos comporta, em regra, anulação; **II**: incorreta. Quando se fala em ilegalidade do ato, é caso de anulação e não de revogação; **III**: O atestado não pode ser objeto de revogação.

„B„ oipabno

(Analista Ministerial Processual-Direito – MPE-MA – FCC – 2013) Considere as seguintes assertivas:

- I. Atos administrativos normativos são aqueles que contêm um comando geral do Executivo visando ao cumprimento de uma lei. Exemplo: regimento.
- II. Atos administrativos ordinatórios são os que visam a disciplinar o funcionamento da Administração e a conduta funcional de seus agentes. São exemplos os avisos.
- III. Atos administrativos enunciativos são aqueles em que a Administração se limita a certificar ou a atestar um fato, ou emitir uma opinião sobre determinado assunto, constantes de registros, processos e arquivos públicos.

Sobre atos administrativos está correto o que se afirma em:

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

I: correta. Os atos normativos são aqueles que contêm comando geral do Executivo, visando à correta aplicação da lei. São exemplos os decretos, regulamentos instruções normativas, regimentos, resoluções e deliberações; **II**: correta. Os atos ordinatórios são aqueles cuja finalidade é disciplinar o funcionamento da Administração Pública e a conduta funcional de seus agentes, orientando-os no desempenho de suas funções. Os atos administrativos ordinatórios de maior frequência e utilização na prática são as instruções, as circulares, os avisos, as portarias, as ordens de serviço, os ofícios e os despachos. **III**: correta, pois os atos enunciativos são aqueles em que a Administração certifica ou atesta um fato, ou emite opinião sobre determinado assunto, apenas em sentido formal, a exemplos de certidões e atestados.

„E„ oipabno

4. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

(Analista – MPU – 2010 – CESPE) Acerca das agências executivas e reguladoras, julgue os seguintes itens.

- (1) Os diretores de agência reguladora são indicados e exonerados *ad nutum* pelo chefe do ministério a que a agência se vincula.
- (2) Para se transformar em agência executiva, uma fundação deve ter, em andamento, planos estratégicos de reestruturação e de desenvolvimento institucional.
- (3) À agência executiva é vedada a celebração de contrato de gestão com órgão da Administração direta.
- (4) A desqualificação de fundação como agência executiva é realizada mediante decreto, por iniciativa do ministério supervisor.
- (5) As agências executivas fazem parte da Administração direta, e as agências reguladoras integram a Administração Pública indireta.

1: incorreto, pois os dirigentes de agências reguladoras têm mandato fixo e são indicados pelo Chefe do Executivo, com aprovação pelo Senado; **2**: correto (art. 51, I, da Lei 9.649/98); **3**: incorreto (art. 51, II, da Lei 9.649/98); **4**: correto (art. 1º, § 4º, do Dec. 2.487/98); **5**: incorreto, pois somente as autarquias e as fundações podem ser qualificadas como agências executivas e tais entidades, como se sabe, são entidades da Administração indireta.

„E„ oipabno

(Técnico em Promotoria – Direito – MPE-PB – COMPERVE-UFRN) Quanto às organizações sociais e às organizações da sociedade civil de interesse público, instituídas no âmbito do terceiro setor, pode-se afirmar:

- I. Têm personalidade jurídica de direito privado.
 - II. Não podem ter finalidades lucrativas.
 - III. São instituídas por regulamentos autônomos.
 - IV. Ambas admitem a participação do Poder Público no Conselho de Administração.
 - V. Constituem sistemas de parceria entre o Estado e entidades privadas.
- Está(ão) correta(s) apenas:

- (A) I, III e V.
- (B) III e IV.

- (C) III.
(D) II, IV e V.
(E) I, II e V.

I: correta. As OS's e OSCIP's têm personalidade jurídica de direito privado; **II:** correta. Tanto as OS's quanto as OSCIP's não podem ter finalidades lucrativas; **III:** incorreta. As OS's e as OSCIP's não são instituídas por regulamentos autônomos. As organizações sociais são disciplinadas pela Lei 9.637/98, e as OSCIP's pela Lei 9.790/99; **IV:** incorreta. Nas OSCIP's é possível a participação de servidores públicos na composição de conselho de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, vedada a percepção de remuneração ou subsídio, a qualquer título (art. 4º, parágrafo único da Lei 9.790/99). Nas OS's é possível a participação, no órgão colegiado de deliberação superior, de representantes do Poder Público e de membros da comunidade, de notória capacidade profissional e idoneidade moral (art. 2º, I, d, da Lei 9.637/98); **V:** correta. As OS's celebram contrato de gestão, enquanto as OSCIP's celebram contrato de parceria com a Administração Pública.

Gabarrão "E"

(Analista de Promotoria I – Assistente Jurídico – MPE-SP – VUNESP – 2010)
De acordo com a lei, as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, para que assim possam ser classificadas, devem ter como uma das suas finalidades, além de outras, a:

- (A) comercialização de planos de saúde e assemelhados.
(B) manutenção de instituições hospitalares privadas gratuitas e não gratuitas.
(C) representação de categorias profissionais por meio de associações de classe.
(D) promoção da segurança alimentar e nutricional.
(E) disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais.

Conforme disposto no art. 3º da Lei 9.790/99, que dispõe sobre a qualificação das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, a qualificação instituída por esta Lei somente será conferida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujos objetivos sociais tenham pelo menos uma das seguintes finalidades: promoção da assistência social; promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei; promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei; promoção da segurança alimentar e nutricional; defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; promoção do voluntariado; promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza; experimentação, não lucrativa, de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito; promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar; promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais; estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades retromencionadas. Dessa forma, as alternativas A, B, C e E encontram-se incorretas.

Gabarrão "D"

(Analista de Promotoria I – Assistente Jurídico – MPE-SP – VUNESP – 2010)
A pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, interessada em obter a qualificação instituída pela Lei n.º 9.790/99, que trata das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, deverá formular requerimento escrito à (ao):

- (A) Ministério da Justiça.

- (B) Ministério Público Estadual.
(C) Ministério Público Federal.
(D) Ministério da Fazenda.
(E) Secretaria da Receita Federal.

Conforme previsto no art. 5º da Lei 9.790/99, a pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, interessada em obter a qualificação instituída por esta Lei, deverá formular requerimento escrito ao Ministério da Justiça. Correta, portanto, a alternativa A, estando as demais incorretas.

Gabarrão "A"

(Analista Processual Administrativo – MPE-RJ – 2011) Sobre as entidades da Administração indireta, é correto afirmar que:

- (A) as autarquias são pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei, para a execução de tarefas típicas do Estado e exploração de atividade econômica;
(B) as fundações públicas são sempre pessoas jurídicas de direito privado, ainda quando criadas por lei para o desempenho de funções de polícia administrativa;
(C) as empresas públicas são entidades privadas, criadas por lei, cujo capital é predominantemente público;
(D) as sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado, cuja criação se dá na forma do direito privado, mediante prévia autorização em lei específica;
(E) as associações públicas são entidades privadas, criadas para o desempenho de tarefas comuns a dois ou mais entes federativos.

Comentários. A: incorreta. As autarquias são pessoas jurídicas de direito público, integrante da administração indireta, criada por lei para desempenhar funções típicas de Estado, mas não de caráter econômico; B: incorreta. As fundações públicas são pessoas jurídicas instituídas pelo poder público podendo ser de direito público ou de direito privado, para desenvolver atividades de interesse social; C: incorreta. As empresas públicas, como o próprio nome diz, são públicas, mas com personalidade jurídica de direito privado. O capital é integralmente público; D: correta. As sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado, integrantes da administração indireta do Estado, criadas por autorização legal específica, cujo controle acionário pertence ao Poder Público, tendo como objetivo, como regra, a exploração de atividades gerais de caráter econômico; E: incorreta. As associações públicas são criadas para exercer atividade típica de Estado, sendo pessoas de direito público, de natureza autárquica. Resultam da associação entre entes públicos, agindo em regime de cooperação formalizada por meio de consórcios públicos reguladas pela Lei 11.107/2005.

Gabarrão "D"

(Analista Ministerial Área Processual – MPE-PI – CESPE – 2012) Julgue o item seguinte, relativo à administração direta e indireta.

- (1) Como a empresa pública pode ser organizada sob qualquer das formas admitidas em direito, na esfera federal é admitida sua criação sob a forma de empresa pública unipessoal, desde que esta contenha a assembleia geral como o órgão pelo qual se manifeste a vontade do Estado.

Em relação à forma jurídica, as empresas públicas podem revestir-se de quaisquer das formas admitidas em direito (art. 5º, II do Decreto-lei 200/67) podendo ser unipessoais, sociedades civis, sociedades comerciais, Ltda., S/A, etc. Se o capital pertencer exclusivamente à pessoa instituidora, será empresa unipessoal, e a vontade do Estado não se manifestará por assembleia geral.

Gabarrão "E"